

Parecer nº 109/97

Data: 1997.11.19

Processo nº 271

Reclamante: António Alves Esteves.

Entidade reclamada: Hospital de S. Teotónio - Viseu

1. António Alves Esteves, identificado no processo, requereu nos termos dos artigos 15º e 16º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), que a CADA mandasse fornecer as certidões das actas onde foram consignadas as deliberações tomadas nas reuniões da Comissão Médica e do Corpo Clínico, com nomes legíveis dos médicos do Hospital de S. Teotónio - Viseu, em que atribuíram ao requerente “prolação de calúnias e insultos e graves acusações”.

Acrescentava que, no caso de não terem sido elaboradas actas das referidas reuniões, lhe fossem fornecidos os nomes de médicos que intervieram nas deliberações e/ou reuniões da Comissão Médica e do Corpo Clínico.

2. A CADA, por seu ofício nº 454, de 97.10.15, comunicou ao requerente que em virtude de em 8-10-97 não se ter verificado o acto tácito de indeferimento, que só se formaria no dia 20-10-97 se se mantivesse a falta de resposta da Direcção do Hospital, o Sr. António Alves Esteves, nos termos do artigo 16º da LADA, poderia reclamar de novo a esta Comissão no prazo de 10 dias úteis após a recusa da Administração.

Tendo-se mantido a falta de resposta até ao dia 20-10-97, o Sr. António Alves Esteves requereu de novo à CADA, dentro do prazo legal, a sua pretensão. Simplesmente, desta vez diz que amplia o pedido solicitando que “caso não tenham sido elaboradas as actas das «deliberações» da Comissão Médica e Corpo Clínico como já lhe constou, sejam, não obstante, indicados, de forma

legível, os nomes dos médicos que intervieram em tais deliberações: *a)* da Comissão Médica; e *b)* do Corpo Clínico.

Comparando a nova solicitação com o seu requerimento de 8 de Outubro, verifica-se que não existe qualquer ampliação do pedido, visto que existe apenas um esclarecimento de que não havendo “actas das deliberações” lhe sejam fornecidos os nomes dos médicos que intervieram na Comissão Médica e Corpo Clínico. Quando muito, haveria aqui uma restrição do pedido anterior, mas uma tal hipótese não é de considerar porque os pedidos são substancialmente idênticos.

3. Este ponto é importante, porque se na realidade houvesse uma “ampliação do pedido” a CADA não poderia considerar tal pretensão, porquanto tal ampliação teria de ser efectuada primeiro junto da própria Administração Hospitalar e só depois, conforme o comportamento desta, se poderia a CADA pronunciar, se se verificassem as condições legalmente estabelecidas.

O requerente fala também do uso dos meios jurisdicionais, o que levaria a CADA a não se pronunciar, mas o que conta é o modo como o requerente enquadró a questão junto da Administração hospitalar, e verifica-se do texto da comunicação dirigida a essa entidade em 13.06.97 que não consta tal finalidade de recurso aos meios jurisdicionais.

4. Os documentos solicitados pelo recorrente são documentos administrativos, visto que são registos elaborados e detidos pela administração do Hospital de S. Teotónio, considerados actos contendo elementos que relevam da actividade administrativa (artigo 4º da LADA).
5. O requerente tem direito a ser informado e a ter acesso a esses documentos - actas ou outros suportes da deliberação que consubstanciam as “acusações / calúnias” que lhe são pessoalmente atribuídas e de que dão conta os “boletins

informativos” juntos ao processo, e que tiveram lugar nas reuniões de 31/07/97 da Comissão Médica e do Corpo Clínico.

Nestes termos,

Parecer

A CADA delibera, ao abrigo da alínea *b)* do artigo 12º da Lei nº 65/93, que devem ser facultados ao requerente, através da passagem de certidão pelo Hospital de S. Teotónio de Viseu, os documentos solicitados pelo requerente.

Comunique-se ao Sr. Director do Hospital de S. Teotónio de Viseu.

Lisboa, 19 de Novembro de 1997.

Narana Coissoró (Relator) - *Silva Marques* - *João Figueiredo* - *Francisco de Brito* - *Gameiro dos Santos* – *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* (Com o entendimento de que existe o direito de informação quanto aos nomes legíveis dos médicos que intervieram na decisão nos termos do número 3 do artigo 7º da LADA) - *Castro Martins* (Presidente).